

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG) | |
|---|--|
| C569 | As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-514-3 DOI 10.22533/at.ed.143190607 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301 |
| Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422 | |

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidades de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura a todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

ESTADO E DEMOCRACIA

CAPÍTULO 1 1

A BURGUESIA BRASILEIRA NA CRISE POLÍTICA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: UM BALANÇO DA LITERATURA

[Felipe Queiroz](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906071

CAPÍTULO 2 18

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: QUAIS SENTIDOS DA “NAÇÃO” A CELEBRAR?

[Alexandre Fernandes Corrêa](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906072

CAPÍTULO 3 31

CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INSTRUMENTOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

[Fabiana Marissa Etzel Barddal](#)

[Ricardo Lobato Torres](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906073

CAPÍTULO 4 40

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS CONTRADIÇÕES EM MEIO A CONJUNTURA ATUAL

[Eliane Fátima Voitena](#)

[Maysa Nuernberg de V. Costa](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906074

GÊNERO: DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 5 47

A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

[Maysa N. de Vasconcellos Costa](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906075

CAPÍTULO 6 57

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA BRASILEIRA

[Natália Schettine Marques](#)

[Milena Cirqueira Temer](#)

[Fernanda Franklin Seixas](#)

[Andréia Almeida Mendes](#)

[Lídia Maria Nazaré Alves](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906076

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 7 | 67 |
| FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA | |
| Virginia de Souza | |
| DOI 10.22533/at.ed.1431906077 | |
| CAPÍTULO 8 | 75 |
| HOMOFOBIA: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO IF BAIANO – CAMPUS ITAPETINGA | |
| Cátia Brito dos Santos Nunes | |
| João Diógenes Ferreira dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.1431906078 | |
| CAPÍTULO 9 | 82 |
| VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO – BA | |
| Péricles Sena dos Santos Júnior | |
| DOI 10.22533/at.ed.1431906079 | |
| IDENTIDADE E CULTURA | |
| CAPÍTULO 10 | 91 |
| BALATA, PARAFUSO, ENSINO E INVESTIMENTO: O TRABALHO NO ACERVO AUDIOVISUAL DO INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO | |
| Rafael Fermino Beverari | |
| DOI 10.22533/at.ed.14319060710 | |
| CAPÍTULO 11 | 105 |
| DIÁLOGOS: BRASIL, ÁFRICA E O DESAFIO DE SANTCHO: O MACAQUINHO | |
| Patrícia Aparecida Souza | |
| Lídia Maria Nazaré Alves | |
| Leonardo Gomes de Souza | |
| Paulo César Risso de Souza | |
| Janilson Carvalho de Alvarenga Mendes | |
| Ivete Monteiro de Azevedo | |
| DOI 10.22533/at.ed.14319060711 | |
| CAPÍTULO 12 | 116 |
| DIREITO À CULTURA NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O NEOLIBERALISMO CULTURAL | |
| Bárbara Cristina Kruse | |
| Leonel Brizolla Monastirsky | |
| DOI 10.22533/at.ed.14319060712 | |
| CAPÍTULO 13 | 125 |
| IDENTIDADE E LUGAR: IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO DE GRANDE PORTE EM ÁREA HISTÓRICA NA CIDADE DE BAURU-SP | |
| Lucas do Nascimento Souza | |
| Tatiana Ribeiro de Carvalho | |
| DOI 10.22533/at.ed.14319060713 | |

CAPÍTULO 14 138

O SUSTO E A ORDEM: O BARROCO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO BRASIL

[Wallace Faustino da Rocha Rodrigues](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060714

CAPÍTULO 15 155

TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO JALAPÃO: RESGATE HISTÓRICO E DESAFIOS

[Maria Antônia Valadares de Souza](#)

[Heber Rogério Grácio](#)

[Airton Cardoso Cançado](#)

[Nayara Silva dos Santos](#)

[Gislâne Barbosa](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060715

CAPÍTULO 16 167

IMAGEM E PODER: A FABRICAÇÃO DE LUÍS XIV E D. PEDRO II

[Cristiane Aparecida Rodrigues](#)

[Mariana Luana Martins](#)

[Lidiane Hott de Fúcio Borges](#)

[Amanda Dutra Hot](#)

[Germano Moreira Campos](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060716

CAPÍTULO 17 180

AVALIAÇÃO ARQUEOLÓGICA EM ARTEFATOS CERÂMICOS ENCONTRADOS EM SANTARÉM: ÁREAS 4A E 4B DO SÍTIO PORTO

[Hudson Romário Melo de Jesus](#)

[Lilian Rebellato](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060717

CAPÍTULO 18 193

A QUESTÃO URBANA DERIVADA DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS EM ARMANDO AUGUSTO DE GODOY: A CIDADE DESEJADA SOBRE A CIDADE QUE SE TEM

[Celina Fernandes Almeida Manso](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060718

CAPÍTULO 19 207

PORQUE O ESPÍRITO NÃO TEM FORMA, MUITO MENOS COR: O PRECONCEITO RACIAL E A PRESENÇA DE NÃO-NEGROS NA UMBANDA

[Mariana Datria Schulze](#)

[Andrieli do Canto Nunes](#)

[Denise Vieira Taborda](#)

[Isabela Holz](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060719

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO 20 218

PROPOSTA ARQUITETÔNICA PARA UM CENTRO DE DANÇA MUNICIPAL EM PALMAS-TO

[Laryssa Aguiar Melo](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060720

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 21 | 232 |
| PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO: GERENCIAR PARA POSSIBILITAR O ACESSO | |
| Luana de Almeida Nascimento | |
| DOI 10.22533/at.ed.14319060721 | |
| CAPÍTULO 22 | 244 |
| AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES CIENTOMÉTRICAS A PARTIR DA WEB DE DADOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA | |
| Sandro Rautenberg | |
| Paulo Ricardo Vивиurka do Carmo | |
| DOI 10.22533/at.ed.14319060722 | |
| CAPÍTULO 23 | 261 |
| O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB: O ESTADO DA ARTE DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO VINCULADOS À ÁREA DE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL | |
| Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida | |
| Lucicleide Cândido dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.14319060723 | |
| CAPÍTULO 24 | 279 |
| REFLETINDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE AS IMAGENS DE THÉODORE DE BRY E O TEXTO ESCRITO NA OBRA “DUAS VIAGENS AO BRASIL” DE HANS STADEN | |
| Wallace Rodrigues | |
| DOI 10.22533/at.ed.14319060724 | |
| CAPÍTULO 25 | 288 |
| UM RECORTE SOBRE O CONCEITO DE CONHECIMENTO: UMA PROPOSTA DE PERPETUAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS ORGANIZAÇÕES | |
| José Carlos de Souza | |
| Rosane Aparecida Moreira | |
| Roque Kleiber Silva Brandão | |
| DOI 10.22533/at.ed.14319060725 | |
| CAPÍTULO 26 | 296 |
| A MORTE NA FILOSOFIA DE E.M CIORAN: CAMINHOS PARA O NIILISMO | |
| Jheovanne Gamaliel Silva de Abreu | |
| Luédlley Raynner de Souza Lira | |
| DOI 10.22533/at.ed.14319060726 | |
| CAPÍTULO 27 | 305 |
| BIBLIOTECÁRIOS DAS FORÇAS ARMADAS: PERFIS E CONCEPÇÕES | |
| Márcio da Silva Finamor | |
| DOI 10.22533/at.ed.14319060727 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 321 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 322 |

TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO JALAPÃO: RESGATE HISTÓRICO E DESAFIOS

Maria Antônia Valadares de Souza

Universidade Federal do Tocantins, Doutoranda
em Ciências do Ambiente
Palmas -Tocantins

Heber Rogério Grácio

Universidade Federal do Tocantins, Professor
do Programa de Pós-Graduação em Ciências do
Ambiente
Palmas -Tocantins

Airton Cardoso Cançado

Universidade Federal do Tocantins, Professor do
Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento
Regional
Palmas -Tocantins

Nayara Silva dos Santos

Universidade Federal do Tocantins, Doutoranda
em Desenvolvimento Regional Palmas -
Tocantins.

Gislâne Barbosa

Universidade Federal do Tocantins, Doutoranda
em Desenvolvimento Regional Palmas -
Tocantins.

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de fazer um resgate histórico e identificar os principais desafios do Território da Cidadania do Jalapão (TCJ), que é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável que visa a garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, através

da Política do Governo Federal via Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. O trabalho foi construído a partir de pesquisa bibliográfica, documental e observação participante. Entre os principais desafios destaca-se: a) capacitar e incluir os mais diferentes atores locais nos debates da política territorial; b) alcançar outras fontes de recursos para além do PROINF; c) organizar-se administrativamente; d) fomentar o debate sobre comunidades tradicionais; e) ampliar a participação da comunidade nas cadeias produtivas locais; f) formalizar uma instância jurídica para fortalecer a execução das ações oriundas dos debates coletivos e g) solucionar os conflitos fundiários.

PALAVRAS-CHAVE: Política Territorial; Território da Cidadania; Jalapão; PROINF.

TERRITORY OF JALAPÃO CITIZENSHIP: HISTORICAL RESCUE AND CHALLENGES

ABSTRACT: This article aims to make a historical rescue and identify the main challenges of the Territory of Jalapão Citizenship (TCJ), which is a sustainable regional development strategy aimed at guaranteeing social rights centered at the regions of the country that most need,

through the Federal Government Policy per the Ministry of Agrarian Development (MDA), with the goal to lead economic development and universal basic citizenship programs. The work was constructed from bibliographical research, documentary and participant observation. Among the main challenges are: a) to train and include the most different local actors in territorial policy debates; b) to reach other sources of resources in addition to PROINF; c) organize itself administratively; d) foster debate on traditional communities; e) increase community participation in local productive chains; f) formalize a legal body to strengthen the execution of actions arising from collective debates and g) resolve land conflicts.

KEYWORDS: Territorial Policy; Territory of Citizenship; Jalapão; PROINF.

1 | INTRODUÇÃO

A ideia de desenvolvimento está no centro da visão do mundo que prevalece em nossa época. Por um longo tempo foi baseado nas teorias de localização que, em linhas gerais, buscavam entender as causas da ineficiência da alocação de recursos inter e intra espaços. A partir da década de 1950, o enfoque baseado na noção de distrito industrial de Marshall ganhou evidência. Atualmente Marshall volta a influenciar as teorias de desenvolvimento, agora partindo de uma perspectiva territorial.

A introdução da perspectiva territorial na discussão dos processos de desenvolvimento rural no Brasil é um fenômeno relativamente recente. Teve início a partir do primeiro governo Lula (2003- 2006), quando se instituiu a política territorial que, nesse sentido, corresponde à nova delimitação administrativa de ação do governo.

Inicialmente foram criados os territórios rurais que buscavam proporcionar uma transformação produtiva institucional cujo fim era contribuir com a redução da pobreza rural. A incorporação dos territórios ao programa seguia critérios estabelecidos, tais como: o máximo de 80 habitantes por Km², não ultrapassando a 50 mil pessoas por município; ter uma representação consolidada da sociedade civil e do poder público e possuir um conselho estadual rural sustentável, capaz de analisar as questões levantadas pelos municípios. Durante o processo de identificação dos territórios rurais, o governo entendeu que alguns deles se apresentavam economicamente mais fragilizados que outros e, com isso, necessitavam de uma atenção emergencial com ações ainda mais articuladas. A partir dessa percepção, surgiu o Programa Territórios da Cidadania (PTC). Instituído em 2008, por meio de decreto da Presidência da República (Decreto s/n Federal de 25/02/2008), o programa emergiu com o objetivo primordial de superação da pobreza e das desigualdades sociais que marcam o meio rural brasileiro, inclusive aquelas relacionadas a gênero, raça e etnia (CAVALCANTI *et. al* 2014).

Sob tal perspectiva, o presente artigo foi construído a partir de pesquisa

bibliográfica, documental e observação participante, e tem o objetivo de fazer um resgate histórico e identificar os principais desafios do Território da Cidadania do Jalapão (TCJ), uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável que visa a garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, por meio da Política do Governo Federal, via Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A revisão bibliográfica foi realizada a partir de pesquisa em artigos científicos, dissertações e teses. Os documentos acessados foram o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, que elegeu as ações prioritárias por áreas temáticas para o território, e o livro de atas de reuniões do Colegiado, que é a instância de governança do Território. A observação participante consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação. A inserção dos autores aconteceu na oportunidade do trabalho realizado pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial.

2 | AS PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

Embora território seja noção oriunda da geografia e, especialmente, da geopolítica, sua recente incorporação por outras ciências sociais, especialmente pela economia e pela sociologia, por meio do estudo dos sistemas produtivos localizados, é extremamente proveitoso, porque caracteriza um termo (ABRAMOVAY, 2006).

Na Ciência Geográfica, de um modo geral, existem três vertentes básicas da concepção de território, quais sejam a política, a cultural e a econômica. A vertente política destaca as relações espaço-poder e concebe o território como espaço delimitado e controlado, muitas vezes relacionado ao poder político do Estado, porém, atualmente incorpora múltiplos poderes. A vertente cultural entende o território como produto da apropriação e da valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido, ao cotidiano. E a vertente econômica o considera como fonte de recursos ou como produto da divisão territorial do trabalho (HAESBAERT 2007 *apud* DALLABRIDA e MARCHESAN, 2013).

Contudo, o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, afeito ao mundo físico. A definição de território é mais ampla e está intimamente ligada à ideia de domínio, de gestão de uma determinada área. O conceito, nesse sentido, está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem seus domínios sobre grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (ANDRADE, 1995 *apud* DALLABRIDA e MARCHESAN, 2013).

Para Jean (2010) o conceito de desenvolvimento territorial rompe com tradições mais antigas sobre desenvolvimento regional, articulando duas noções: território e desenvolvimento. O desenvolvimento territorial pressupõe que cada território

deva construir, por meio de uma dinâmica interna, seu próprio modelo específico de desenvolvimento. Isso porque, o modelo que obteve êxito num dado território, pode muito bem fracassar em outro, corroborando que promover com êxito o desenvolvimento territorial pressupõe um processo de aprendizagem social.

O conceito de território adotado oficialmente pelo MDA é definido com base em aspectos multidimensionais tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições. Com esses aspectos, o território é um espaço geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo zonas rurais e urbanas, formado por uma população com grupos sociais distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, MDA/SDT, 2005).

Independente do conceito assumido o que se entende é que a abordagem territorial do desenvolvimento supõe olhar diferenciado sobre o espaço geográfico e sobre o tecido social, considerando o território como referência para análise ou intervenção (ABRAMOVAY, 2006), compreendido por sua amplitude e multidimensionalidade e em oposição ao desenvolvimento setorial (FERNANDES, 2006). Além desses elementos, existe a necessidade de vencer/minimizar as desigualdades sociais, econômicas que marcam a dualidade campo e cidade; rural e urbano. Estimular a “percepção de que o meio rural vai muito além da agricultura e que a compreensão de sua dinâmica exige que se analise a maneira como nele interagem os diferentes atores sociais” (ABRAMOVAY, 2006).

No cenário político, do final dos anos 90, o desenvolvimento territorial emerge, em um momento marcado pelo questionamento da noção de desenvolvimento (FAVARETO, 2010). Esse debate buscava uma concepção mais abrangente, que incluía a questão social, a ambiental, a cultural e a política, fato que aproximou o desenvolvimento e o território com uma forma de democracia participativa dentro de um novo modelo de gestão descentralizadora. Assim, a abordagem territorial dirige o foco das políticas de ordenamento territorial, de autonomia e de autogestão, como complemento das políticas de descentralização. No caso do desenvolvimento rural brasileiro, os programas territoriais adotados no início do século XXI surgem como uma forma de equilibrar as políticas do lado da democracia, da cidadania e do desenvolvimento como uma tentativa de diminuir as desigualdades sociais, resultado do modelo dominante e concentrador.

De acordo com Abramovay (2006), o enfoque territorial, de forma geral, abre caminho para um avanço notável no estudo do próprio desenvolvimento, apresenta amplas virtudes com relação às abordagens tradicionais. Primeiro por permitir a ampliação do horizonte quando abandona a análise estritamente setorial. Segundo por ressaltar que a noção de território, em si, impede a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento, isso porque exige a análise das instituições em torno das quais se organiza a interação social localizada. Por fim,

o território dá ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva. Desse modo, o estudo empírico dos atores e de suas organizações torna-se absolutamente crucial para compreender situações localizadas.

3 | A GESTÃO SOCIAL E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Segundo o MDA (2015), a política de desenvolvimento territorial implementada no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT do PTC está apoiada na Gestão Social, compartilhada entre poder público e representações da sociedade civil. Conforme Cançado, Pereira e Tenório (2015) a Gestão Social é baseada na tomada de decisão coletiva sem coerção, na qual a transparência, intersubjetividade e dialogicidade estão presentes. Os Colegiados Territoriais são espaços por excelência para a Gestão Social, sendo contemplados pelo MDA nos NEDETs (CANÇADO *et al.*, 2015).

Consoante Mendonça, Gonçalves Dias e Junqueira (2012) a Gestão Social tem como objeto de estudo da condução das problemáticas sociais e ambientais que necessitam ser intersetorial e interorganizacional, de forma que múltiplos atores compartilhem interesses e ações dentro de um território, tendo como foco a mudança da morfologia do social na perspectiva de um projeto de desenvolvimento local integrado (CARRION, 2007).

A construção desse campo de conhecimento vem ganhando contornos mais nítidos no contexto brasileiro a partir da abertura democrática e consolidação de diversas políticas públicas, em especial as sociais. Com a promulgação da Constituição de 1988, que define uma série de mecanismos de participação popular, institucionaliza-se o espaço para a participação da Sociedade Civil na gestão das cidades/local (CARRION, 2007).

No trabalho de Freitas *et al.* (2010) a gestão social é entendida como um processo no qual o Estado, sem perder a centralidade, deixa de ter o monopólio do poder e passa a dividi-lo com a sociedade civil. A prática da gestão social pressupõe a organização, com a presença da sociedade civil, no processo de construção e tomada de decisões no interior do Estado. Desse modo, amplia-se a transparência e os mecanismos participativos que se materializam por meio da construção de espaços públicos na esfera pública participativa, como por exemplo, os Colegiados Territoriais.

Para a SDT a gestão social é definida como “uma certa maneira de gerir assuntos públicos, nesse caso em particular, as políticas e iniciativas voltadas à promoção do desenvolvimento dos espaços rurais” (MDA, 2003, p.11). Neste processo de gestão, focalizado sob a abordagem territorial, o MDA prevê a necessária articulação social (em rede), entre os diversos agentes (públicos e privados) a descentralização

das decisões e a constituição de institucionalidades de compartilhamento de responsabilidades e poder. Sob esse olhar, focaliza-se a participação dos atores sociais em todas as etapas, que vão desde as mobilizações até o acompanhamento e controle das ações elaboradas e acordadas mutuamente sobre as necessidades da região (FREITAS *et al.*, 2010).

De forma geral, o ciclo da gestão social nos Territórios da cidadania tem início com a definição da Matriz de Ações do Programa, onde os Ministérios apresentam a oferta para cada um dos territórios. Em um segundo momento, ocorre a articulação envolvendo os Comitês de Articulação Estaduais (CAEs) e os Núcleos Diretivos dos Colegiados Territoriais, com o objetivo de preparar e mobilizar os territórios para a realização de Plenária Territorial. Nesta, são apresentadas e discutidas as ações do Governo Federal previstas na Matriz, debatidas e definidas as prioridades e detalhadas as estratégias de atuação segundo a situação específica do Território. Um quarto estágio diz respeito à implementação das estratégias. E, por fim, há o monitoramento e avaliação dos resultados, quando são feitas contribuições para um novo ciclo.

Nesse processo existe um conjunto de atribuições e atividades gerais relativas à gestão do programa nos territórios que se articulam com as estratégias específicas de outras ações. Assim, os assessores territoriais devem atuar no sentido de conciliar e atender as demandas de cada território com as políticas públicas de desenvolvimento. O objetivo da gestão social será contribuir com a efetivação das ligações, ajudar no levantamento de novas demandas e colaborar na qualificação das informações a respeito daquelas demandas já incorporadas às metas do Programa, bem como proceder o acompanhamento da execução das metas pactuadas.

4 | CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO JALAPÃO- TCJ

O Território da Cidadania do Jalapão faz parte dos sete territórios que se submetem à política de desenvolvimento territorial no estado do Tocantins. O TJC é composto por oito municípios: Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins e São Félix do Tocantins. O TCJ está distribuído numa área de 34.284,80 km², correspondente a 12,34% da área total do estado, no extremo leste do estado do Tocantins (Figura 1).

Os municípios que compõem o TCJ possuem uma população total de 33.101 habitantes, o que corresponde a, aproximadamente, 3% da população do estado. Conforme o SDT/MDA (2015) a população do território é predominante urbana (62%). Somente o município de Rio Sono, o segundo mais populoso, apresenta uma população rural maior do que a população urbana.

A economia da região do Jalapão está baseada no turismo e no artesanato de capim dourado, como Mateiros e São Félix do Tocantins. Porém, a dinâmica econômica entre outros municípios que compõem o território é distinta como se

observa em Rio Sono, Novo Acordo e Ponte Alta do Tocantins que têm bases na agricultura.

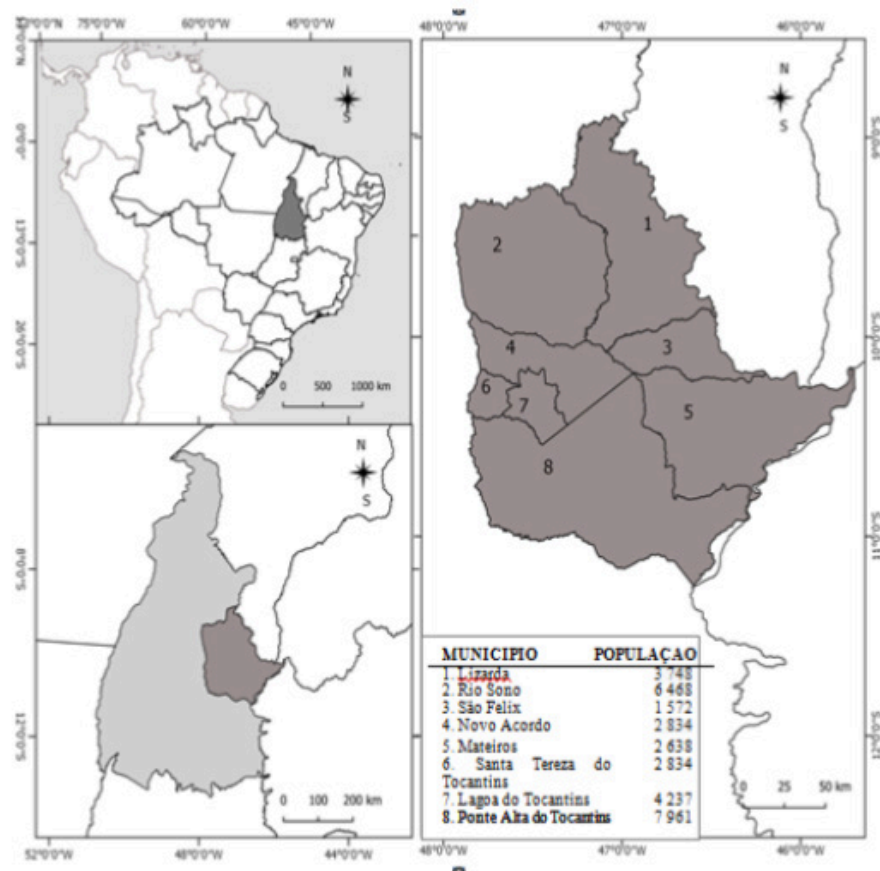


Figura 1- Território do Jalapão- Tocantins

Fonte: Elaboração própria

O TCJ apresenta, conforme IBGE (2015), 3.075 estabelecimentos agropecuários sendo 67,05% estabelecimentos familiares. O município de Rio Sono apresenta o maior índice de estabelecimentos no território. Em contrapartida, Mateiros apresenta o menor índice de estabelecimentos. Há no TCJ (nestes oito municípios) 6.259 pessoas ocupadas com a agricultura familiar e 189 famílias vivem em assentamentos, que constituem a demanda social do programa conforme o Sistema de Informações Territoriais (2015).

Em relação à situação econômica, com exceção de Santa Tereza do Tocantins, todos os demais municípios do território apresentavam taxas elevadas de extrema pobreza, merecem atenção os municípios de Lizarda – 48,36%, São Félix do Tocantins- 36,15% e Lagoa do Tocantins- 33,42% (MDA, 2015).

Em resumo, o Território da Cidadania do Jalapão caracteriza-se por uma baixa densidade demográfica e possui uma precária infraestrutura logística de acesso à região.

5 | RESGATE HISTÓRICO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO JALAPÃO (TCJ)

Em 2005, os municípios de Mateiros, São Félix, Ponte Alta do Tocantins, Novo Acordo, Lizarda, Rio Sono, Santa Tereza e Lagoa do Tocantins foram selecionados para fazer parte do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT. Em 2006 as discussões de apresentação da Política de Territorialidade à sociedade, tiveram início no território. Em março de 2007 foi implementado a Comissão de Implementação das Ações Territoriais (CIAT) que se constituiu na instância colegiada deliberativa do território até a eleição do Colegiado Territorial. Devido às características do território, marcadas por intensas desigualdades sociais, com indicadores sociais baixos, o Território Rural de Identidade do Jalapão foi transformado em Território da Cidadania do Jalapão, sendo seu lançamento oficial em janeiro de 2009 na cidade de Mateiros.

De forma geral, o programa dos territórios da cidadania trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais para reduzir as desigualdades sociais e promover um desenvolvimento mais equânime e inclusivo. Essas ações são sintetizadas no Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PTDRS), que é a linha norteadora do processo de desenvolvimento no território. Segundo Geraldi (2012) o PTDRS, devido ao suposto grau de legitimidade e representatividade emanado, tornar-se a visão de todos os atores inseridos nos processos territoriais.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Cidadania Jalapão foi construído em 2011 com base em informações primárias e secundárias do Estado do Tocantins, com ênfase nos 08 municípios que compõem o território e através de oficinas e entrevistas com membros do Conselho Territorial e com a participação da sociedade. Dentro do território a maior instância é Colegiado Territorial. Um espaço de participação social, de representação, articulação e concentração política. O Colegiado Territorial é formado paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil dos municípios que integram o território. No território do Jalapão, o colegiado é formado por 32 pessoas, sendo 4 por município (um titular da sociedade civil e um do poder público, com os seus respectivos suplentes) e não tem sede física. As plenárias são realizadas de forma acordada e isso faz com que as reuniões aconteçam em todos os municípios, mas com uma periodicidade não regular de plenárias. Os registros mostram que de 2003 a 2011 foi o período em que o colegiado e as ações territoriais foram mais ativas.

Desde sua criação o território tem sido acompanhado por equipes de assessoramento e de 2010 a 2015, o território foi assessorado pelo Instituto Jalapão e pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Jalapão. A falta de registros documentais dificulta esclarecer o período que cada equipe atuou no território e como as atividades desse assessoramento foram desenvolvidas. Atualmente, o trabalho de assessoramento é desenvolvido pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento

Territorial – NEDET e conta com equipes de assessoria de gestão social, de gênero e de inclusão produtiva. A atuação no território objetiva apoiar a realização de atividades territoriais, incentivar a participação das mulheres rurais no Colegiado Territorial, por meio de avaliação e assessoria técnica.

O Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais e da Cidadania (PROINF) tem sido a principal fonte de recursos financeiros para subsidiar o desenvolvimento do território. Segundo dados do Sistema de Gestão Estratégica do MDA (SGE, 2015), o apoio financeiro total aprovado no território foi de aproximadamente R\$ 4.850.708,06 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta mil, setecentos e oito reais e seis centavos) e corresponde ao período 2003-2014, com um total de 28 projetos de investimentos distribuídos, nos municípios conforme o Gráfico 01 abaixo.

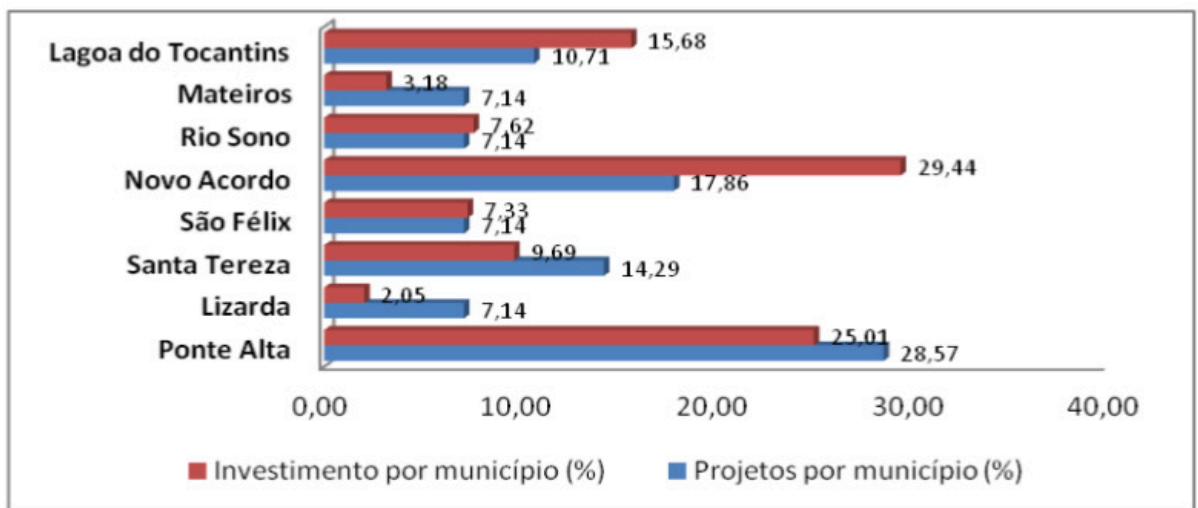


Gráfico 1: Distribuição dos projetos PROINF por município no TCJ-2003/2014

Fonte: Elaboração própria, com base MDA (2015).

Os dados apontam que no TCJ, no período entre 2003 e 2014, todos os municípios que compõem o território foram contemplados com recursos do PROINF. Cabe destacar nesse escopo o município de Ponte Alta do Tocantins com 08 propostas aprovadas, sendo que somente este município captou cerca de 29% dos projetos destinados ao território. Chama atenção também o fato de cerca de 55% dos recursos do PROINF ficarem concentrados nos municípios de Ponte Alta do Tocantins e Novo Acordo, enquanto, por outro lado, municípios como Mateiros e Lizarda não terem acessado nem 6% desses recursos.

Vale ressaltar que, pelos registros oficiais das atividades do Colegiado do Território da Cidadania do Jalapão – o Livro de Ata - não é possível verificar se todos os projetos foram de fato eleitos como prioridades pelos representantes da sociedade civil e do poder público, membros do colegiado, considerando que o Livro de Ata, apresentado pelo colegiado, tem registros, apenas a partir de 07 de junho

de 2013, mas é a única fonte documental de informação específica do território. Não fica claro também os critérios utilizados para a distribuição e/ou contemplação de projetos para um município específico. Observa-se, no entanto, que os municípios com maior participação nas plenárias têm maior número de projetos contemplados.

Constata-se, no entanto, por meio do Livro de Atas do Colegiado, que a busca por recursos financeiros para subsidiar o desenvolvimento acontece quase que “exclusivamente” por meio de uma única política pública - o PROINF. Assim, foi criada uma Comissão cuja função seria representar o Colegiado junto ao Governo do Estado na busca por outras fontes de recursos financeiros.

Os principais temas e problemas sociais em debate hoje no território e no colegiado territorial são: a) Conflitos fundiários; b) Infraestrutura básica de saúde insuficiente; c) Acessos rodoviários inadequados (estradas sem conservação); d) Deficiência no fornecimento de Energia Elétrica e a não institucionalização do Território com personalidade jurídica.

Na região existem várias comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas pela Fundação Palmares o que fomenta ainda mais o debate dos conflitos fundiários em função da sobreposição das unidades de conservação de proteção integral aos territórios quilombolas ocupados imemorialmente.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto de diversas mudanças na gestão dos municípios que compõem o TCJ, da alternância de atores do colegiado, da frágil sistematização e registro das ações e deliberações do colegiado territorial, primeiramente, é importante destacar que foi desafiador realizar o resgate histórico do território do Jalapão. A política de desenvolvimento territorial representou um avanço considerável ao regulamentar um formato “mais adequado” à ampliação da capacidade de participação social dos atores no processo de diálogo, negociação, desenho e planejamento de políticas públicas no território, incrementando aquilo que poderíamos denominar como um dos atributos da capacidade governativa e da gestão social dos processos de desenvolvimento (DELGADO e LEITE, 2011).

No Território do Jalapão é importante reconhecer e destacar que já existia uma dinâmica de participação social e de discussão conjunta dos municípios sobre o desenvolvimento do território mesmo antes da formalização oficial do território. Talvez, este seja o aspecto de maior destaque; que é o reconhecimento da identidade da região, a partir de suas características culturais, ambientais e econômicas.

Em mais de uma década da implantação da política territorial no Território do Jalapão muito já foi construído e o debate de forma geral amadureceu. Mas ainda são muitos os desafios a serem vencidos no território a partir da atuação do Colegiado Territorial. Dentre os principais desafios observados destaca-se: a) capacitar e incluir

os mais diferentes atores locais nos debates da política territorial; b) alcançar outras fontes de recursos para além do PROINF; c) organizar-se administrativamente; d) fomentar o debate sobre comunidades tradicionais; e) ampliar a participação da comunidade nas cadeias produtivas locais; f) formalizar uma instância jurídica (consórcio) para fortalecer a execução das ações oriundas dos debates coletivos.

O território possui lideranças importantes que conhecem o objetivo da política, uma vez que estão neste debate desde o início e que parece manter acesa a esperança da efetividade da política territorial.

É perceptível que ainda é frágil o processo de capacitação dos agentes públicos e, sobretudo, de atores da sociedade civil que participam dessa organização territorial. Este então se constitui um dos desafios do território: capacitar e motivar membros dos Colegiados Territoriais e a sociedade, em geral, sobre concepções de desenvolvimento territorial de forma a ampliar a visão destes para a política. Outra fragilidade observada no território é a dependência ao PROINF. O investimento em infraestrutura produtiva no território limita-se, em sua maioria, a recursos canalizados via PROINF, dessa forma, é iminente acessar outras fontes de recursos.

É recorrente em reuniões do colegiado territorial a discussão sobre a ausência de personalidade jurídica do Território, ou seja, a falta de capacidade para exercer atos civis, podendo ser sujeito de direito e obrigações, tal como a criação de consórcios intermunicipais. Tal situação impede a realização de ações, especificamente, de investimentos para além de recursos destinado pelo Governo Federal.

Considerando que o colegiado é a instância primordial de articulação das políticas e do exercício da gestão social no território, ele deve ser representativo de todos os segmentos sociais da agricultura familiar local. Os segmentos menos articulados e mais carentes devem ser inseridos na discussão do território, bem como, deve-se discutir de forma efetiva as questões das mulheres no território e também das comunidades tradicionais.

É certo que o êxito da política no TCJ não foi completo, no que tange à capacidade de inclusão dos diferentes atores locais, na fragilidade da atuação desses atores no colegiado, na capacidade de organização, ou mesma na capacidade de captar recursos para investimentos, mas, mesmo diante de todos esses pontos, é inegável a importância da política para o Território da Cidadania do Jalapão.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma Teoria de Estudos Territoriais. MANZANAL, Mabel; Guillermo NEIMAN e Mario LATTUADA (2006) – Desarrollo rural – **Organizaciones, instituciones y territorios, Ediciones Ciccus, Buenos Aires**. pp. 51-70.

BRASIL. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO. Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. **Série Documentos Institucionais**, n 2. Brasília, DF, 2005.

CANÇADO, A. C.; MILAGRES, C. S. F.; SILVA, A. P.; RODRIGUES, W. Planning and social

management in the Rural Territory of Mid-Araguaia, Tocantins: the challenges and the possibilities. **G&DR**, v. 11, n. 4 (número especial), p. 149-178, dez/2015.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**. 2 Ed. Curitiba: CRV, 2015.

CARRION, R. M. Gestão Social: especificidade e práticas em discussões. *In* **Tecnologias de gestão: por uma abordagem multidisciplinar**. SILVA, J.G.; FARIA, A.; BIANCO, M.; BEHR, R.; PETINELLI-SOUZA, S. (Orgs.). Vitória. EDUFES. Vol.II. 2007.

CAVALCANTI, J. S. B., NIEDERLE, P. A., WANDERLEY, M. de N. e RAYNAUT, C. *In* **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil** / organizadores: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Paulo André Niederle. – Recife : Editora UFPE, 2014.

DALLABRIDA, V. R; MARCHESAN, J. **Desenvolvimento na região do Contestado: reflexões sobre território, identidade territorial, recursos e ativos territoriais, indicação geográfica e desenvolvimento (sustentável)** In: Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre indicação geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. DALLABRIDA, V. R (organizador) – São Paulo, SP: LiberArs, 2013.

DELGADO, N. e LEITE, S. P. **Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores**. Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 431-473, 2011. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n2/v54n2a07.pdf> >. Acesso em 23 abril de 2016.

FAVARETO, A. **As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural – lições para uma nova geração de políticas públicas**. Raízes. Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2 e v. 29, n. 1, p. 52–62, jan./2009 a jun./2010.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Artigo do Mês. Presidente Prudente: NERA, jul/ago de 2006. 57 p. (Disponível em <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>).

FREITAS, A. F.; FREITAS, F. A.; DIAS, M. M. **Desafios da gestão social dos territórios rurais**. Trabalho apresentado no 48º Congresso SOBER, 25 a 28 de Julho de 2010.

GERALDI, J. G. **ANÁLISE CONCEITUAL DA POLÍTICA DE TERRITÓRIOS RURAIS: O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO BRASIL**. Planejamento e Políticas Públicas. N 39. Jul/dez. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

JEAN, B. **Do desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Territorial Sustentável: Rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais**. In: Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil e na França. VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE. J-P (Orgs.). Florianópolis: APED, 2010. 488p.

MENDONÇA, P. M. E; GONÇALVES-DIAS, S. L. F; JUNQUEIRA, L. A. P. **Gestão Social: notícias sobre o campo de estudos e práticas a partir das interações e debates do VI Enapegs**. Rio de Janeiro - Rev. Adm. Pública, 2012, set./out.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Caderno territorial do Jalapão. Secretaria de Desenvolvimento Territorial**. Disponível em < <http://sge.mda.gov.br/sge/index.html> > Acesso em: 10 nov. 2015.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arqueologia 180, 182, 191

C

Cinema 91, 92, 94, 95, 96, 97, 103, 104

Conselhos 31, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 43

Controle social 46

Cultura 5, 15, 25, 28, 35, 36, 91, 104, 105, 119, 120, 123, 144, 180, 189, 190, 191, 192, 231, 264

D

Democracia 5, 31, 33, 38

Desigualdade 47, 56

E

Estado 5, 1, 7, 9, 10, 11, 13, 15, 22, 24, 26, 32, 33, 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 52, 54, 60, 62, 63, 64, 85, 93, 94, 95, 99, 103, 104, 105, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 138, 153, 154, 157, 159, 162, 164, 169, 170, 174, 176, 177, 193, 194, 195, 197, 200, 201, 202, 206, 237, 238, 265, 267, 269, 278, 321

F

Família 57, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 321

G

Gênero 5, 39, 47, 56, 67, 73, 114

H

Homofobia 78

I

Identidade 5, 24, 162, 270, 271

Impeachment 15

Informação 35, 88, 232, 233, 242, 243, 244, 245, 247, 258, 259, 260, 295, 305, 308, 315, 319

M

Morte 137, 296, 301

N

Nação 24, 29, 115, 117, 177

Niilismo 304

P

Pobreza 67

Poder 34, 167, 179

Preconceito racial 207

Produção de conhecimento 261

T

Território 5, 155, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166

U

Umbanda 207, 208, 217

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-514-3



9 788572 475143